



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES
CURSO DE BACHARELADO EM HUMANIDADES**

BISSAWIDNA NQUINDE NANDIBA

**IDENTIDADE CULTURAL COMO INSTRUMENTO DE
DOMINAÇÃO: NOMES ETNICO-CULTURAIS E PORTUGUÊS NA
GUINÉ-BISSAU PÓS-INDEPENDÊNCIA (1973-2022)**

Redenção

2023

BISSAWIDNA NQUINDE NANDIBA

***IDENTIDADE CULTURAL COMO INSTRUMENTO DE
DOMINAÇÃO: NOMES ETNICO-CULTURAIS E PORTUGUÊS NA
GUINÉ-BISSAU PÓS INDEPENDÊNCIA 1973-2022***

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto de pesquisa do Curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidade Orientador: Prof. Dr. Luís Tomas Domingos

**Redenção
2023**

BISSAWIDNA NQUINDE NANDIBA

***IDENTIDADE CULTURAL COMO INSTRUMENTO DE
DOMINAÇÃO: NOMES ETNICO-CULTURAIS E PORTUGUÊS NA
GUINÉ-BISSAU PÓS INDEPENDÊNCIA 1973-2022***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB – Campus Ceará.

Aprovado em: 26 /01/ 2023

BANCA EXAMINADORA:

Professor^o Dr. Luís Tomás Domingos (Orientador/Unilab)

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira,
UNILAB**

Prof. Dr. Carlos Subuhana (Membro da banca)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB

Prof.^a Doutoranda Peti Mama Gomes (Membro da banca)

Universidade Federal do Pará - UFPA

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, criador do céu e da terra, que me concedeu vida, me protegeu e protege durante todas as etapas da minha existência até aqui. Um agradecimento ao meu pai N'Quinde Nandiba, que já não está comigo, mas seus ensinamentos/provérbios sempre me orientam. Agradeço da mesma forma a minha mãe N'Simlé Nacode, que me ajudou bastante para poder ter acesso à educação desde primeira classe até o presente momento (ensino superior) e continua contribuindo. De igual modo, agradeço minha irmã mais velha, Dina N'Quinde Nandiba (Babitida), a pessoa que admiro sempre pelos incansáveis/imensuráveis apoios que me deu e dá com tanto amor e carinho, principalmente nos momentos difíceis. Meus agradecimentos vão ainda para primeiras pessoas que me apoiaram nas trajetórias acadêmicas: Nghala Nassanse, a primeira pessoa que me ensinou a ler abecedários e aprendi assinar meu nome antes de ingressar no ensino primário, na altura com 13 anos; ao Mário Nablatcha, a quem ofereceu livros de 3ª classe para mim; à Mario Biak, quem me acolheu em Cacine para continuar meus estudos; a todos os meus professores da Escola comunitária de Canamine, (1ª, 2ª, 3ª classe) que também deixaram esse mundo; aos meus professores de Escola Comunitária de Catchamba de 4ª, 5ª, 6ª classe. Aos todos os professores da Escola Betel Cacine, onde estudei 8ª, 9ª, 10ª e 11ª classe, e a de Escola A Fim Proclamar em Iemberem (7ª classe). Meus extensivos agradecimentos a Mana Nené Jose M'batce, a mulher que me acolheu nos momentos difíceis em Cacine, no meu último ano de estudo, antes de mudar para Bissau; um agradecimento à Maria Matateu Lourenço, que também contribuiu na minha viagem/vida acadêmica. Um agradecimento especial a minha namorada Filomena Albino Bedane (Mena), a pessoa que sempre esteve e está comigo nos momentos bons e maus, uma pessoa que Deus me deu na caminhada, a presença dela na minha vida foi um copo de água no deserto. Um agradecimento aos irmãos que o mundo acadêmico me proporcionou: Artimiza Vieira, Tiago M'Boto (Bicabalte), Rugana Indafa, Sonia Gomes, Rebeca Pereira, Rumano Regna e demais personalidades que fizeram e fazem parte da minha jornada. Um agradecimento especial para meu orientador, Dr. Professor Luís Tomas Domingos, a pessoa que me inspirou para a escolha da temática desse trabalho, um professor carimbado com as letras grandes. Meus agradecimentos estendem-se aos meus sobrinhos: Fernando Nabade e Segunda Nantchabe e ao meu tio, Mbissane.

O presente projeto de pesquisa visa problematizar sobre a dominação de assimilação na Guiné-Bissau no pós-independência (1973) e analisar os efeitos da colonização até a data de 2022. A identidade étnico-cultural, visível através dos nomes e sobrenomes Bissau-guineense, é uma das riquezas culturais do povo africano e particularmente o da Guiné-Bissau. Através de nomes e sobrenomes é possível identificar a etnia da pessoa, transmitir um valor moral e cultural, descrever a estrutura organizacional de cada etnia. Os nomes servem como forma de preservação dos conhecimentos filosóficos de cada etnia. Nestas culturas os nomes não são atribuídos aleatoriamente, é um processo que envolve reflexão ligada às circunstâncias de nascimento do bebê, reflexão essa que pode demorar uma semana ou mais, dependendo de grupos étnicos em específicos, como também acompanhadas das cerimônias. A colonização portuguesa alterou as práticas de atribuição de nomes, os Bissau-guineenses passaram a adotar nomes portugueses oficialmente reconhecidos nas instituições públicas e os nomes étnicos culturais passaram a ser utilizados nos espaços não públicos, ou seja, em casa. Estes nomes oficiais, ou simplesmente nome de escola, configuram como sinônimo de civilidade, e nome étnico cultural, dita nome de casa, é enquadrado no lugar de não civilizado. Alguns autores, como Stuart Hall (2006), Tomas Tadeu da Silva (2008), Wilson Trajano Filho (2008) e outros foram utilizados nos primeiros capítulos. O último capítulo descreve consequências da colonização, sendo efeitos visíveis da negação de nomes étnicos. Para entender melhor os motivos de negação de identidade étnicas culturais, utilizamos autores como: Frantz Fanon (2008), Aimé Césaire (1978), Ki-Zerbo (2010), Amílcar Cabral (1980), Luís Tomas Domingos (2017) Farã Vaz (2019) e outros. Entende-se que a negação de nome étnico cultural em detrimento de um nome europeu ou português, gera perda de identidade e perda de valores culturais que estes nomes transmitem. Para isso, é preciso desenvolver uma pesquisa de cunho qualitativo que possa analisar a existências desses valores, com intuito de fazer preservar e resinificar esses valores.

Palavras chaves: Guiné-Bissau, Colonização, Identidade, Assimilação, nomes étnico-culturais.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	5
2 JUSTIFICATIVA	7
3 PROBLEMÁTICA	9
4 HIPÓTESES	10
5 OBJETIVOS	10
5.1 OBJETIVO GERAL	10
5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
6.1 PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO COLONIAIS PORTUGUÊS NA GUINÉ-BISSAU	11
6.2 II NOMES PORTUGUÊS E ÉTNICO-CULTURAIS NA GUINÉ-BISSAU	15
6.3 NOME DE “CASA” E NOME DE “ESCOLA” E SUAS REPRESENTATIVIDADES NO QUOTIDIANO GUINEENSE	20
6.4 REPRODUÇÃO INCONSCIENTE, COMPLEXO DE INFERIORIDADE	26
7 METODOLOGIA	30
8 REFERÊNCIAS	32
9 CRONOGRAMA	35

1 APRESENTAÇÃO

Antes de avançar para o tema proposto, precisamos primeiro situar geograficamente e administrativamente o país em questão, suas especificidades etnolinguísticas, cultural e contexto histórico da sua formação como estado-nação. Em 1446 chegava na costa ocidental da África, atual Guiné-Bissau, o navegador e explorador europeu, Nuno Tristão, ano que marcou o início da dominação portuguesa, que viera a durar cinco séculos (ANEME, 2018, p.6-15).

O território que fazia parte do reino de Gabu, como também parte do Império de Mali passou a se chamar Guiné Portuguesa durante a ocupação colonial.

Após mais de quinhentos anos de dominação colonial portuguesa, o nativo bissau-guineense¹, a busca da soberania nacional, iniciou em 23 de janeiro de 1963 a luta armada para a libertação de território, dirigida pelo movimento libertador, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), sob comando de Amílcar Cabral e outros/as camaradas. A luta durou onze anos; em 24 de setembro de 1973, a então Guiné portuguesa, declarou unilateralmente sua independência e oficialmente tornou-se, República da Guiné-Bissau, reconhecida por Portugal em 10 de setembro de 1974 (ANEME, 2018).

A República da Guiné-Bissau localizada na Costa Ocidental da África, com uma superfície de 36.125 km², com apenas 1.565.842 habitantes, faz fronteiras com ex-colônias francesas, ao leste e sul com a Guiné Conacri, sul e oeste com o oceano atlântico, ao norte com o Senegal. Administrativamente, o país se está divide em três províncias, entre eles: norte, sul, leste, e as províncias compõem oito regiões: Tombali, Bolama, Quinara, Bafatá, Gabu, Cacheu, Oio, Biombo, e setor Autônomo de Bissau (SAB); as regiões estão divididas por setores, os setores por secções, e estes por tabancas (vilas). Após a independência datada de 1973 até os dias atuais, é

¹ Ao longo do trabalho, estaremos a usar simultaneamente o termo guineense para designar a língua dita crioula, e Bissau-guineense para habitante da Guiné-Bissau, evitando a confusão com a Guiné-Conacri.

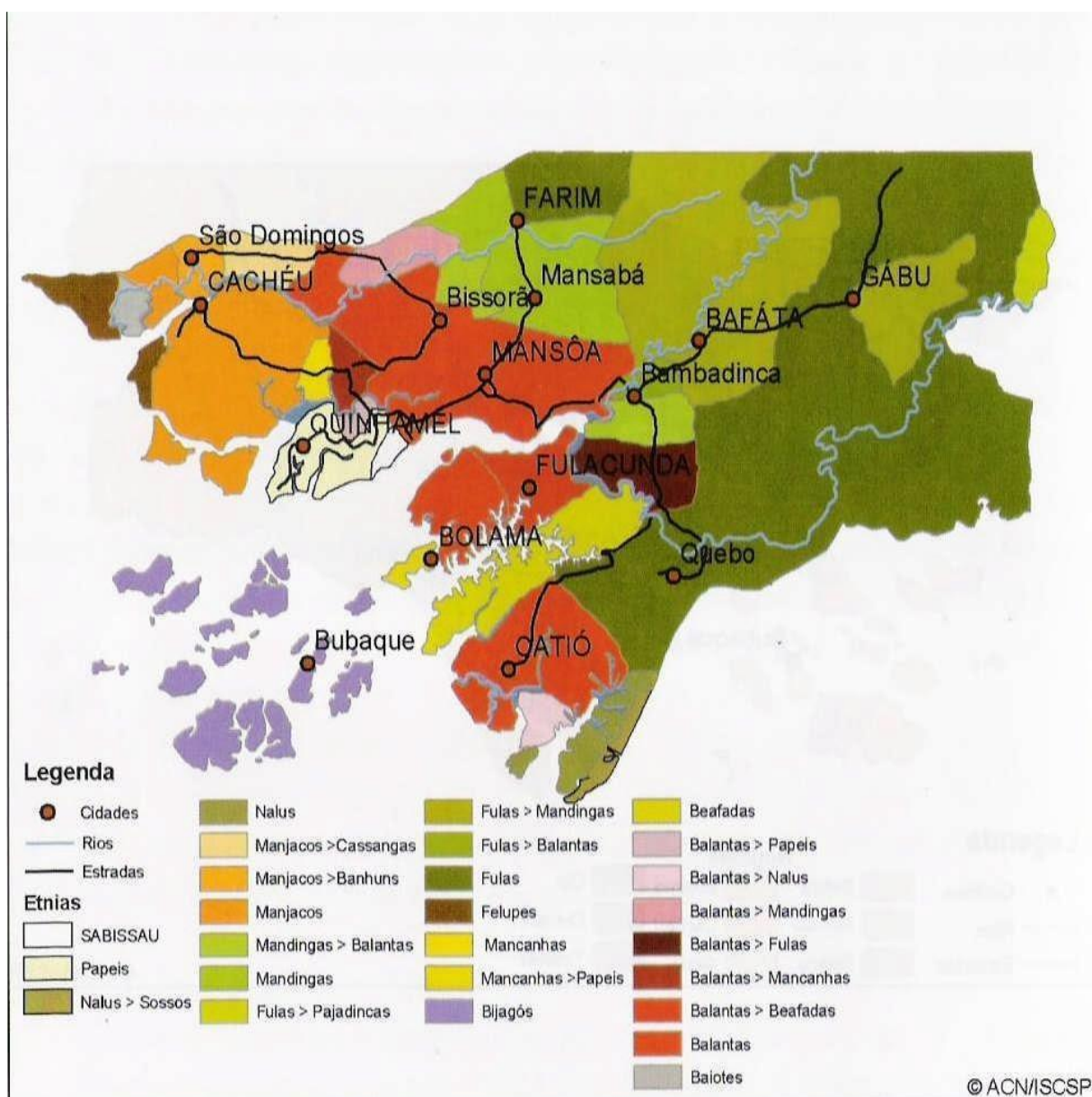
Scantamburlo (2013) citado por Cá Fernando (2021) informa que, apesar de já ter usado o termo “guineense” para designar a língua falada em Guiné-Bissau, em seu trabalho anterior, *O dicionário do guineense* (1999), adotou o termo “crioulo guineense” mostrando que o uso do termo “guineense” para designar a língua é ambíguo e pode ser confundido com o cidadão guineense, o gentílico da Guiné-Bissau, preocupação que se diz receber de vários intelectuais quando usou o termo “guineense” anteriormente. CÁ, João Fernando. Aspectos linguísticos do guineense: reflexões acerca de uma língua, LAVRAS-MG 2021, p.27.

possível identificar alguns traços indeníários do ex-colonizador na sociedade bissau-guineense e que merecerá a nossa análise (ANEME, p.14-15) ao longo da escrita.

Mas antes, preciso considerar que, o país soma-se mais de 30 grupos etnolinguísticos e suas especificidades culturais. Entre os grupos étnicos, maioritários são: Balantas 27%, Fulas 23%, Mandingas 12%, Mandjacos 11%, Papeis 10%, Mancanhas, Felupes, Nalus, Biafadas, Bijagós, Baiotes e outros compreendem 17%, cada uma com sua língua. Além de ter o português como sua língua oficial, usado principalmente no ensino superior e administração do estado, a maioria do seu habitante fala língua guineense (“crioulo”), língua nacional.

Mapa etnográfico da Guiné-Bissau

Fonte: NÓBREGA, Álvaro. A luta pelo poder na Guiné-Bissau. Lisboa: ISCSP, 2003, p. 56. Apud FRANCO, P. F. Cambell. Amílcar Cabral: a palavra falada e a palavra vivida. São Paulo: USP, 2009, p. 26.



2 JUSTIFICATIVA

Um das características das sociedades africanas, particularmente sociedade bissau-guineense é a diversidade étnica-cultural, visível nos traços indeníários nominais, linguísticos e culturais. Através de nome e ou sobrenome é possível identificar a etnia da pessoa, a família ou a linhagem familiar e outras pertenças. Devido a dominação portuguesa que perdurou cinco séculos, alterou drasticamente os traços indeníários africanos e particularmente da Guiné-Bissau, onde muitos aculturaram-se ou adquiriram nomes e sobrenomes de origem portuguesa, visto como sinônimo de civilização.

A Guiné-Bissau se tornou independente, acima pontuado, mas se vive um período onde as pessoas costumam ter dois nomes, isto é, um nome oficial que se consta na certidão de nascimentos, dito, “nome de escola”, e um segundo, o “nome de casa”. Factos esses e outros por diante a apontar justificam a escolha do tema do nosso projeto de pesquisa.

A segunda razão na escolha do tema é muito mais pessoal, refere-se a meu “nome”, que faz diferença entre mim e meus irmãos, como também durante meu trajeto acadêmico. Durante minhas trajetórias acadêmicas de interior do país, (Canamine) à cidade (Bissau), e de cidade à exterior (Brasil), tenho vindo precisar além de simples contar meu nome repetidas vezes às pessoas para poderem pronunciar, também terei que explicar o significado. Pelo visto, muitos dos bissau-guineenses sentem necessidade de ter um nome étnico-cultural, principalmente nos debates que ocorrem nos espaços acadêmicos.

Pelo que se sabe, dificilmente se traduz significado e ou sentido cultural de uma palavra/conceito de forma cabal (literal) e ou fiel, talvez precise de uma aula para tal tradução. Tive sorte de carregar um nome tipicamente da minha etnia, diferente dos outros bissau-guineenses, principalmente dos que nascem nas cidades, o que eu diria um nome mais típico da Guiné-Bissau (com traços identitários), comparado com nomes por exemplo, Adão/Eva, Mário/Maria, entre outros. Uma vez, nas conversas de “*bancada*”, um colega me falou que “o branco sempre vai estar à frente de negro até que Jesus volte”. Para ele, o branco sempre é mais inteligente que o preto, ou seja, a capacidade intelectual do homem branco é superior à do homem

² negro, o que significa todo desenvolvimento tecnológico foi e só será protagonizado por homem branco.

Durante meu percurso acadêmico, particularmente na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), tive a oportunidade de fazer a disciplina “*os estudos africanos*” no quinto semestre, com professor Luís Tomás Domingos (orientador deste trabalho), consegui entender porque um continente mãe, em recursos naturais e um país como Guiné-Bissau, formalmente independente, “economicamente” dependente é ainda sujeito a empobrecer culturalmente. Eu sou cristão, e creio que Jesus veio para salvar a quem nele crê, não precisando rejeitar o nome tipicamente da minha língua e ou cultura para um nome dito “cristão”, pois, para mim, não existe nome cristão e nem nome muçulmano, mas, sim, nome cultural. Em decorrência da minha vida acadêmica, especificamente na disciplina acima referida, várias inquietações ligadas ao continente e em especial a Guiné-Bissau foram problematizadas, entre quais o “**ser liberto ao ser livre**, (grifo do autor), ou seja, um africano em estado de recuperação dos traumas deixados pelos colonizadores (DOMINGOS, 2017)³. Adjetivos esses tentam explicitar o porquê o africano nega a si mesmo, nega a sua cultura, a sua identidade nominal em detrimentos da/o europeu, e não só, justifica o porquê os bissau-guineense valorizam mais o que vem de ocidente do que o nacional.

Poucas vezes, o meu nome não estranhou a quem pela primeira vez o ouça, e isso para mim é uma oportunidade de afirmar a minha identidade étnica, a africanidade, e negritude, a civilidade e tudo que possa significar um nome nos diferentes grupos étnicos da Guiné-Bissau. Com treze anos de idade, fui advertido em registrar-me com um nome tipicamente de origem estrangeira no ato da

² “bancada” é uma palavra guineense, usada para referir espaços de diversão nos bairros ou comunidades. Acontece geralmente acompanhada com debates de opinião, seja sobre política, acadêmica, desporto e outros fatos sociais ligada no cotidiano da juventude. As bancadas nas suas maiorias são espaços livres debaixo árvores, nelas costuma-se consumir tipos bebidas, chá de origem árabe (warga), e outros, que complementa a diversão.

³ Luís Tomas Domingos fez Pós-Doutorado pela Universidade Federal do Ceará / Brasil (2020); doutorado em Antropologia e Sociologia da Política; Mestrado em Antropologia e Sociologia da Política e do Desenvolvimento; Graduado em Etnologia; Graduação em Sociologia, Formado em Filosofia no Seminário Maior de Santo Agostinho (1989). Atualmente professor UNILAB - Ceara/Brasil.

<https://www.escavador.com/sobre/548533/luis-tomas-domingos>. Acesso em 04/01/2023

Fui aluno dele no quinto semestre na disciplina de “Estudos Africano”, no qual tive contato com autores africanos, inclusive um dos artigos dele cujo temática é: “Entre estigmas e traumas de violência de colonização e escravidão: afirmação de identidade afro descendência” que nos dos seus subtítulos fala de processo de transição de africano de um **ser liberto ao ser livre**, (grifo de autor). Estes adjetivos foram fundamentais para a elaboração desse projeto de pesquisa.

matrícula, não aconteceu, talvez pela sorte, pois da minha parte não tinha na cabeça o nome que poderia substituir o Bissawidna.⁴

O projeto, além de sua importância à comunidade acadêmica em geral, poderá servir particularmente à UNILAB de fonte bibliográfica, aos futuros pesquisadores/as da instituição, aos interessados nos assuntos sociais, também a quem se interessa pelos estudos sobre neocolonialismo/descolonização mental a partir de um olhar antie hegemônico, e filosóficos africanos. Poderá ainda ajudar a sociedade bissau-guineense, seja classe política, sociedade civil e cidadãos determinados em busca de afirmação e reconhecimentos dos valores étnico-culturais, nas cidades como também nas tabancas⁵.

3 PROBLEMÁTICA/DELIMITAÇÃO

A nossa pesquisa desencadear-se-á sobre a identidade étnico-cultural na Guiné-Bissau, especificamente nomes étnicos culturais e nomes portugueses pós independência, compreendido a partir de 1973 a 2022. Com o tema identidade cultural como instrumento de dominação, pretendemos analisar nomes étnicos culturais bissau-guineense e nomes europeus/portugueses nessa sociedade.

A pesquisa terá como foco, identificar os motivos da escolha de nomes europeus em detrimento do nome africano/bissau-guineense ou os dois nomes, de casa e de escola. Escolhemos a data de 1973, pois nela se comemora fim da dominação portuguesa e início de formação de “estado-nação”, pondo assim, ponto final a administrativa colonial portuguesa e início de autonomia própria dos nacionais em promover e resgatar os valores étnicos culturais postas em causa durante séculos de dominação. Aliás, em plena luta de libertação nacional, desenhava-se uma visão e medidas que imediatamente deveria se levar a cabo para ressignificar os valores culturais, denominado programa maior de PAIGC, partido que na altura representava e conduzia o estado da Guiné-Bissau. Não fazia sentido

⁴. Bissawidna, nome tipicamente étnico-cultural da etnia balanta (brassa), que traduzido para português significa, não podem saber; as pessoas não podem ter informações relacionada a sua pessoa; seja pela sua especificidade diferenciada da morança (casa familiares, geralmente vedada com varas, deixando uma única entrada para todos, sob forma de controle e proteção) do seus pais em relação a outras comunidades balanta a seus arredores. Elaborado pelo autor.

⁵. Tabanca subtende-se aldeia, comunidades de interiores ou zonas menos urbanizados, com poucas infraestrutura e que normalmente mantem muitas das suas praticas tradicionais de festas, culturas, cerimonias e outros formas de pensar o mundo.

delimitar assuntos nas datas outras que não fossem de até 2022, compreendendo que o assunto é atual e que cada vez mais essa sociedade está sujeita a perder tudo e todos os seus valores culturais.

Pretendemos analisar quais os reais fatores inerentes a atribuição de um nome europeu/português, ou os dois, sendo que um é dito oficial e outro não. No processo de registro, seja no cartão de nascimento, no cartório, serviço de identificação e outras instituições de identificação do país, verifica-se que, os nomes e sobrenomes às vezes são registrados erradamente e o processo de retificação se torna extremamente difícil, o que leva muitas das vezes as pessoas a perderem seus verdadeiros nomes ou sobrenomes, portanto, perde-se também os seus sentidos reais (o significado). Outro fenômeno, muitos se chamam de “aportuguesamento” de nomes, isto é, quando *Djaló*⁶ muda para *Jaló*, *N'tchama*⁷ para *Inchama* e, etc. Será que isto se deve às dificuldades de quem não é da etnia e não distingue a pronúncia e grafia certa no momento de se registrar ou é uma tentativa de aproximar tal nome a uma grafia europeia? As questões citadas e muitas outras merecem um debate para que a nossa identidade seja mantida, pois, cada nome carrega história, o contexto, valor cultural e ensinamento dentro de cada grupo étnico do país.

4. OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Compreender o porquê de depois da independência os bissau-guineenses optam por um nome português e não étnico-cultural.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) Analisar os fatores que motivam a escolha de nome e sobrenome português e ou os dois: de casa e de escola, o oficial e o não oficial.

b) Identificar nomes étnico-culturais e portugueses na sociedade bissau-guineense, seus significados e reconhecimentos nessa sociedade.

⁶. Djaló é um apelido vulgar da etnia fula, mais que sofreu alterações na gráfica e na pronúncia, a mesma podendo ser encontrados dentro das mesmas famílias, mas documentos diferentes, uns com Djaló e outros com Jaló., perdendo assim, suas identidades de pertenças familiares.

⁷ N'Tchama é um apelido, também específico da etnia balanta, que na tentativa de aportuguesamento e ou a não captação da pronúncia correta, registra-se como Inchama, perdendo seu significado étnico-linguístico. Elaborado pelo autor.

5. Hipóteses

Primeira Hipótese: A escolha de um nome europeu ou português e não étnico-cultural está ligado a suposta civilização e ou a reprodução inconsciente do processo colonial.

Segunda Hipótese: A preferência de um nome não étnico-cultural é para ter mais aceitação na sociedade, mais facilidade de pronúncia e escrita, e ou é forma de esconder traços étnicos em detrimento de um “Estado-nação” a “*guinendadi*”⁸.

6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Pela natureza do projeto, centralizado em compreender o porquê a escolha dos dois nomes (de casa e de escola) no processo de atribuição de nomes na sociedade bissau-guineense, pretendemos abordar primeiro o conceito de identidade, para termos uma visão geral do que se pensa sobre identidade cultural e assim, partir na busca da compreensão na opção de escolha de dois nomes na sociedade bissau-guineense. Ainda no mesmo capítulo, traremos algumas informações básicas sobre o processo da dominação portuguesa na Guiné-Bissau e argumentos justificativos utilizados pelos europeus.

Na segunda parte traremos abordagem contextual do processo de assimilação colonial português na Guiné-Bissau, valores culturais e processo de atribuição de nomes étnico-culturais, antes e durante colonização, entendendo origem e motivos das mudanças de nomes (“aportuguesamento”/assimilação). Nos dois últimos capítulos, analisaremos nomes ditos de casa e de escola, motivos da existência dos tais, e por último, o processo de reprodução inconsciente e o complexo de inferioridade pós independência territorial sob dominação portuguesa. Ao longo da discussão, traremos autores que discutem o assunto, acompanhados de abordagem contextual da realidade bissau-guineense pós independência, sendo um dos princípios que norteiam o mapeamento do nosso objeto de estudo. Creswell (2010, p. 48) entende que uma pesquisa, “deve-se mapear através das revisões das literaturas para saber até que ponto o assunto foi discutido, isto é, delimitar, apontar as lacunas que se necessita preencher”. No entanto, pretendemos trazer bibliografias que nos

⁸ Guinendadi, é o termo usado para expressar o espírito de união entre bissau-guineense, dentro e fora do país. Expressa a simpatia e solidariedade entre diferentes etnias, espelhando num sentido explícito de “Estado-Nação”.

dê uma visão clara do nosso problema de pesquisa e que nos ajude a entender com mais segurança e cientificidade necessária sobre a temática.

6.1 PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO COLONIAIS PORTUGUÊS NA GUINÉ-BISSAU

Antes de mergulharmos na discussão teórica sobre temática, isto é, a identidade cultural como instrumento de dominação, e posteriormente processos de assimilação na Guiné-Bissau, faremos uma breve introdução do conceito de identidade cultural, com intuito de facilitar a nossa compreensão nas abordagens dos capítulos constituintes.

A identidade, segundo Hall (1992), é formada na interação entre mundo privado e público. Ainda afirma que, “nenhuma identidade é fixa, ela está sempre em constante reformulação, portanto uma celebração móvel”, (HALL, 1992, p.11-12).

A essa ideia de identidade em constante construção, o autor afirma seguinte:

Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. [...] A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidade possíveis, com cada uma das quais poderíamos identificar - aos menos, temporariamente, (HALL, 1992, p. 13).

Posto isto, entende-se que, a identidade em certos momentos e certos contextos pode sofrer alterações. Na sociedade bissau-guineense, podemos encontrar essas alterações nas identidades nominais, influenciada pelos processos coloniais a que o país viveu, podendo ser considerada segundo a perspectiva do autor “hibridismo cultural”. Philippe (2010) define identidade como coesão partilhada dentro dum grupo com características que permite serem reconhecidos ou identificados, mas sujeito a alteração.

A identidade consiste num conjunto de características partilhadas pelos membros de grupo, que permitem um processo de identificação das pessoas no interior do grupo e de diferenciação em relação aos outros grupos. A identidade nunca está definida uma vez por todas. (PHILIPPE, 2010, p.409).

O autor demonstra que apesar das características com as quais as pessoas constituem identidade, ou a sua diferenciação para com outros grupos, também são passíveis de mudanças. Isto reforça a ideia defendida por Hall, enfatizando que ela nunca é fixa.

Para melhor raciocinarmos linearmente sobre o processo da assimilação na Guiné-Bissau, precisamos primeiro cursar as longas curvas, como afirma Ki-Zerbo (1972, p. 9), que “para julgar ou extrapolar, não é suficiente o conhecimento da realidade atual. É o conhecimento de toda a curva que conta”. Significa isto, não podemos começar a falar de nome de casa e nome de escola, e, muito menos da identidade cultural como instrumento da dominação ou o porquê dos dois nomes na sociedade bissau-guineense, sem ter contextualizado o início de colonização de atual República da Guiné-Bissau. Quando Joseph Ki-Zerbo ensina-nos a procurar passar pelas curvas, quer isto dizer que, precisamos partir de raiz do objeto da nossa pesquisa para entender melhor a sua situação atual, a dos fenômenos em questão. Nesta lógica, precisamos antes de discorrer sobre o primeiro capítulo do nosso trabalho, começar por algumas curvas um pouco distantes, em outros termos, o início da dominação portuguesa.

O território que atualmente conhecemos como Guiné-Bissau, fazia parte de império de Mali até a segunda metade de século XIX, concordando com Lopes, (2011) que descreve:

O país que hoje conhecido como Guiné-Bissau, encravado entre Senegal e a Guiné, na África Ocidental, era parte integral de reino de mandinga de Kaabu, que durou setecentos anos e começou como um Estado vassalado, do famoso império de Mali, fundado pelo lendário rei guerreiro mandinga, Sundiata Keita, no século XIII. Com sua capital em Kansala, no interior da atual Guiné-Bissau. [...] Kaabu desintegrou-se na segunda metade do século XIX, em decorrência de uma crise política doméstica e da crescente pressão externa de potências coloniais europeias, aspirantes – os franceses na região de Casamance no Senegal e na Guiné, os britânicos em Gâmbia e os portugueses na Guiné-Bissau, (LOPES, 2011, p. 16-17).

Segundo o mesmo autor, em 1446, Nuno Tristão, o navegador português, chega à costa da Guiné-Bissau estabelecendo nas ilhas de Cabo Verde. A dominação portuguesa a partir dessa data perdurou até 1973, quando o país conquistou sua independência unilateralmente. Segundo, Hernandez (2008, p. 501), [...] “o ultramar português formou-se desde o século XV e esteve presente até mais da metade do século XX, abrangendo, portanto, o antigo sistema colonial e o “novo” imperialismo.” A expansão portuguesa, como a maioria das nações europeias, tinha

objetivos entre quais, motivos econômicos, a de “civilização,” e ou de doutrinação da fé cristã; para no fim constituir uma identidade única, a da nação portuguesa, configurando um único império.

[...] Pode-se considerar, em uma primeira proposição, que a consolidação de estado soberano em Portugal, condicionou o processo de acumulação e expansão do capitalismo mercantil. Por sua vez, o conjunto desses aspectos ganhou legitimidade com um imaginário coletivo que contemplou a ideia de uma nação que se inventava como sendo a de povo de cristo, e a de um império que unia os vários cantos de universo planetários por uma cruzada messiânica feita em nome da fé. [...] Este, como qualquer imaginário coletivo, foi marcada por certa debilidade teórica, manipulando os dados para melhor exemplificar e justificar a dominação, ao mesmo tempo que apresentava eficácia prática, traduzida por um conjunto de medidas políticas, (HERNANDEZ, 2008 p. 502).

É claro que os portugueses, como indica autor citado, precisavam além dos seus objetivos, justificar as razões que legitimassem suas ações, seus preconceitos raciais no processo da colonização, para que os africanos fossem facilmente e estrategicamente convencidos de que, são “inferiores”, uma postura que se baseava na teoria de Darwin, “a origem de espécie por meio da seleção natural” (o darwinismo social).

Assim, a classificação das raças, em “superiores” e inferiores”, [...] ganha uma falsidade legitimada baseada no mito iluminista do saber científico, coincidindo com a necessária justificativa de que a dominação e exploração da África, mais de que “naturais”, e inevitáveis, eram “necessárias” para desenvolver os “selvagens” africanos, de acordo com as normas e os valores da civilização ocidental, (HERNANDEZ, 2008, p.80)

Essa classificação, que se colocava e se coloca para com os africanos como “inferiores”, faz necessário durante a missão europeia/portuguesa, a dita civilizatória, estabelecerem regras necessárias para um negro africano se tornar menos “selvagem”, menos “indígena”, o dito assimilado. Sabe-se que, a colonização em toda a sua forma foi violenta e, na tentativa de destruição das culturais do povo da atual Guiné-Bissau e a vontade deste povo na afirmação da mesma, não só da identidade cultural, como também a da dignidade humana, motivou a massa à luta de libertação (CABRAL, 1980, p. 85). Aimé Césaire (1978) aponta alguns adjetivos que podem ser entendidos como características de crueldade durante a colonização entre africano e metrópole, comparando como um lugar onde só há trabalho forçado, de obrigatoriedade da cultura européia branca, um lugar de violação e roubo, de relação

de submissão, de instrumentalização dos africanos para a produção. Ainda para ele, a colonização não pode ser entendida como algo civilizador, ela só pode ser formulada numa simples equação: colonização = coisificação, desconstruindo, assim, o discurso de que os europeus foram importantes em proporcionar contato de seres humanos entre continentes (CÉSAIRE, 1978, p.25).

De acordo com o art. 56, do estatuto dos indígenas portugueses das províncias da Guiné, Angola e Moçambique, Decreto-Lei número 39.668, de 20 de maio de 1964, estabelece que:

“Pode perder a condição de indígena e adquirir a cidadania o indivíduo que prove satisfazer cumulativamente aos requisitos seguintes”: ser maior de 18 anos, falar bem o português, ter profissão e ou condições econômicas sustentáveis a famílias, ter bom comportamento, não ter sido refratários aos serviços Militar, forma de sentar-se à mesa para comer e outros. Todos estes requisitos e outros são condições para a pessoa adquirir documentos de cidadão, deixando assim de ser considerado indígena (DECRETO-LEI, 39.668, 1964).

Os povos bissau-guineenses como maiorias dos outros países africanos de língua portuguesa, constituem uma enorme diversidade étnico-linguísticos-culturais, e claro, as formas de atribuição de nomes/prenomes de cada grupo étnico diferem-se entre si e tanto quanto com a da forma portuguesa. Scott *et al.* (2002) *apud* Trajano (2008) afirma que:

[...] as práticas de atribuição de nomes às pessoas são muito variadas embora sirvam a dois propósitos básicos: identificar os indivíduos concretos, tornando legível a paisagem humana composta de uma multidão de seres humanos, [...] e estabelecer as relações entre os indivíduos concretos e os grupos que transformam os primeiros em pessoas sociais. Assim, nomear é fazer a individuação e assinalar uma posição no sistema de relações sociais (a família, a linhagem, o clã, a localidade, a casta, o Estado, (SCOTT et al. *apud* TRAJANO, 2008, p. 6).

Para o autor não existe uma forma única ou universal de nomeação, cada povo, assim como da Guiné-Bissau, e particularmente seus grupos étnicos constituem suas formas de nomeação. Ressalta ainda que, o propósito de nomear é, num sentido mais explícito, a identificação da pessoa e estabelecimento das relações dentro da sociedade nela inserida. Além de relações dentro da sociedade, afirma o autor, o nome quando passa de gerações em gerações transforma-se em sobrenome herdado, assumindo um significado geral, o de indivíduo nomeado e o grupo familiar

a qual pertence (TRAJANO, 2008, p.8). Para Rodrigues (2022), traz elementos importantes sobre a utilidade de antropônimos (nome e sobrenome das pessoas) nas relações humanas.

Os nomes de pessoas são considerados elementos indispensáveis e estão presentes nos mais diversos lugares, culturas, religiões e épocas. Podemos dizer, inclusive, que eles são elementos essenciais à convivência humana. Por esse motivo, a escolha de um nome é um ato significativo, pois ele será a primeira identificação de um indivíduo em sociedade e, salvo em casos específicos (quando há permissão da lei), uma marca para a vida toda (RODRIGUES, 2022, p. 15).

Todos nós nascemos e de certa forma fomos atribuído um nome, e esse nome segundo citado, está ligado a cultura da pessoa ou a religião e, qualquer nome na base desses princípios traz sempre elementos de identificação da pessoa. Um bissau-guineense com nome português (Mário/Maria) não é muito estranho para nós, porque já se tornou padrão, naturalizado ou normalizado, e não mais estranho a nós e nem aos portugueses. Mas, se um branco português possuir nome de *Bissawidna* ou *Babitida* (nomes africanos ou bissau-guineenses?), ficaria estranho para os bissau-guineense, pois um nome étnico africano que certos momentos representava a selvageria para os brancos e que talvez na atualidade continua, ele é sempre estereotipado. Parece que isso não só ocorre pelas simples situações da presença portuguesa na Guiné-Bissau já a meio séculos, mas como se o colono tivesse deixado um aparelho “monitor cardíaca”⁹ na cabeça dos seus ex-colonizados para que estes possam manter traços identitários da origem portuguesa através de nomes.

6.2 NOMES PORTUGUÊS E ÉTNICO-CULTURAIS NA GUINÉ-BISSAU

Segundo Trajano (2008), “nomear é fazer a individuação e assinalar uma posição no sistema de relações sociais (a família, a linhagem, o clã, a localidade, a casta, o Estado).” Isto quer dizer que, os simples atos de atribuição de nomes à

⁹ O monitor cardíaco é um aparelho usado para acompanhar o ritmo cardíaco em tempo real do paciente. Por meio de seus dados, é possível determinar se o paciente está passando por algum tipo de aceleração ou desaceleração cardíaca. Essa informação é indispensável para compreender a situação do paciente.

pessoa não estão fora das relações sociais, ela é do interesse de todos, desde as famílias até o próprio estado moderno como entidade máxima. A pessoa pode ser identificada de pertencente à determinada família, de determinado grupo étnico através de traços linguísticos destes, explícito ou implícito através do nome.

Pelo conhecimento da realidade humana e na base destas afirmações entende-se que, através de nome, podemos identificar um europeu em relação a um africano, um bissau-guineense em relação a um português, sem necessariamente a identificação do indivíduo pelo documento e ou pela previa declaração identitária, seja ela, a nacionalidade, o sexo, e ou grupo étnico a que pertence. Para isso, segundo afirma Moreira (2010), o ato de nomear está ligado às questões culturais de cada comunidade, também ligadas às classificações que estes fazem através de nomes. Para isso discorre o seguinte:

[...] A nomeação é uma das questões centrais quando o assunto é a relação entre linguagem e realidade. Em geral, a relação linguagem/realidade é bastante complexa por si só. A nomeação é apenas uma das funções da linguagem que tem um papel muito importante, pois os significados dos nomes organizam e classificam as formas de perceber a realidade, além de estarem ligados diretamente com uma cultura ou comunidade. Um nome não é uma palavra aleatória ou qualquer. Ele sempre quer dizer alguma coisa e sua relação com a significação é complexa. (MOREIRA, 2010, p. 2914).

Podemo-nos através deste trecho reconhecer que os nomes/sobrenomes resultam das realidades sociais dos grupos em questão, reflete aos significados étnico-linguísticos e culturais de cada sociedade. E se as realidades culturais dos povos pelo mundo se diferem, obviamente suas formas de atribuição de nomes e significados tendem a ser diferentes. O autor ainda afirma que “se o nome é a base para que a identidade surja, é ele quem diferencia as coisas e seres no mundo”. Nisto, compreende-se o nome também como é parte inerente à identidade. Silva, (2000) afirma que, o processo de produção da identidade oscila entre dois movimentos: o de sua “fixação/estabilização” e o da “subversão/desestabilização”.

Assim, o autor vai à mesma linha seguida por Hall que se vê a identidade como algo em constante reformulação/transformação. Se a identidade está sempre em constantes mudanças, importa-se questionarmos em que direção a sociedade africana e particularmente bissau-guineense está se apontando no processo de desestabilização e ou transformação (globalização) humana?

As práticas e significados culturais por detrás dos nomes atribuídos aos indivíduos, também estarão sujeitas às mudanças, extinguindo assim os traços étnicos culturais de quais forem comunidades. Trajano nos traz apontamentos importantes sobre formas de atribuição de nomes nas sociedades da África ocidental, especialmente alguns grupos étnicos da Guiné-Bissau.

[...] as formas mais comuns em uso na África Ocidental (com destaque para as sociedades da Guiné), não para encontrar um modelo africano de nomeação, mas para revelar seus atributos que têm valor explicativo (pela comparação) para a análise das formas de nomeação encontradas no meio crioulo da Guiné-Bissau. [...] uma pessoa pode ter até uma dúzia de nomes durante sua vida. Alguns são abandonados, outros permanecem; alguns são públicos, outros são secretos ou de circulação muito restrita. Não há uma regra única, quanto à forma de atribuição dos nomes, (TOMAS 1959: 190 *apud* TRAJANO, 2008, p. 6).

Pelas diversidades culturais da Guiné-Bissau, as formas de atribuição de nome se diferem entre grupos étnicos constituintes. Mesmo com essas diversidades, segundo Trajano, algumas práticas são comuns.

É muito difundida nas sociedades africanas a prática de não dar o nome à criança tão logo ela nasça, havendo ou não cerimônia de imposição de nome. Entre muitos povos é comum que se aguarde uma semana ou um pouco mais para a imposição do primeiro nome da criança, mas há casos em que a pessoa fica até o desmame (dois anos ou mais) sem ter um nome fixo, [...]. Acredita-se que os espíritos malignos têm uma preferência especial em atacar as crianças pequenas. Um dos modos de evitar isto é retardar a nomeação, pois a falta de nome faz com que essas entidades tenham dificuldade em reconhecer sua possível vítima, sendo assim uma das formas usadas para ludibriá-los. Outra forma de enganá-los é atribuir nomes repulsivos às crianças (TRAJANO, 2008, p. 9).

O autor aponta que muitas das sociedades africanas demoram na atribuição de nomes aos bebês; outra pela espera para realização das cerimônias específicas para escolha de nome e outras, os motivos tem a ver com a proteção dos bebês de espíritos malignos. Essa demora de entre uma semana a dois anos, dependendo de grupos étnicos em específico, no caso grupo étnico balantas, estes atribuem nome a bebê seis dias após nascimentos. A alternativa enquanto aguardam um tempo específico para essa cerimônia, é atribuir a essa criança um nome repulsivo. Estes tipos de nomes são de uso para um determinado período de tempo, e quando chega à altura de escolher um nome com a qual pessoa será identificada, o contexto do nascimento, situação familiar, o caráter das pessoas, traços físicos e outros segundo autor é levado em conta. Relativamente a isso, destaca o seguinte:

[...] Por exemplo, entre os papéis da ilha de Bissau uma pessoa pode-se chamar *Uit* (palavra papel para touro) por ter o caráter de um lutador. Nomes diola como *Elhug enyab*, *Ehiki ba- n* ou ainda *Kalu kumise* (literalmente, “tu és belo em toda parte que aparece”, “tu que tens o cu de um elefante” e “espaço pequeno”) se referem ao aspecto físico dos nomeados. Palavras que expressam virtudes e defeitos, como conversador, trabalhador, guloso e preguiçoso, servem para nomear as pessoas em várias sociedades tradicionais da Guiné. [...]. Assim, os filhos espúrios nascidos de relações adúlteras podem se chamar, entre os fulas, *Alahinde*, *Udô* ou *Fatu*, que significam respectivamente “sem nome”, “palha” (gerado na palha) e “ilegítimo”. Do local onde a mãe pariu pode estar a inspiração para nomes como *Bambê* (quintal), *Djimbã* (alpendre) *Nhobum* (celeiro). [...] Se a criança cunante nasce quando os estoques de alimentos da família estão baixos, depois de um ano ruim de chuvas, ela pode se chamar *Col* (fome) (IBIDEM, p. 10-11).

Entre os grupos étnicos aqui e várias outras na sociedade bissau-guineense, também têm em comum a mesma lógica para atribuição de nomes às pessoas, baseadas nas suas especificidades étnicas culturais.

Pelo que se vê, o nome é parte importante em qualquer sociedade, seja na sociedade bissau-guineense como também nas sociedades outras.

Como é de consensual, que o processo de colonização que assolou o continente africano afetou os valores culturais desses povos, segundo Boahen (1978).

Em 1914, com a única exceção da Etiópia e da Libéria, a África inteira vê-se submetida à dominação potenciais europeias e dividida em colônias de dimensões diversas, mas de modo geral, muito mais extensa do que a formações políticas preexistentes e, muitas vezes, com pouco ou nenhuma relação com elas. Nessa época, aliás, a África não é assaltada apenas na sua soberania e na sua independência, mas também em seus valores culturais (BOAHEN, 1978, p. 3).

O nome ou sobrenome é parte da identidade e da cultura dum povo. Perder o direito de adquirir um nome tipicamente africano, ou desqualificar parte da sua identidade em detrimento de outras culturas alheias, é vender a sua dignidade pelo interesse narcisista do outro. Segundo o autor citado, o continente foi obrigado a se submeter a uma condição de subalterno, ou seja, o africano passa a sentir-se culturalmente inferior. Seria essa inferioridade que se sente na sociedade bissau-guineense? Para entender isso, precisa-se uma reflexão profunda sobre algumas das marcas coloniais presentes nessa sociedade e como foram os processos da dominação e exploração do povo desses territórios. Para isso, Amâncio (2011) traz dados que espelha um pouco das diversidades étnicas do país, mostrando uma porcentagem menor das pessoas que podem ser identificadas como mestiços, destacando assim, quase na sua totalidade

negros/pretos e que falam língua guineenses (“crioulas”) seguidos das línguas étnicas.

[...] trata de um contexto africano historicamente marcado por especificidades fundamentais : uma pequena área de 36.125 km² [...] constituído por 99% de africanos negros/pretos e 1% de místicos de brancos, distribuídos por nove setores/províncias (Bafata, Biombo, Boloma, Cacheu, Gabu, Oio, Quinara, Tombali e Bissau), que abrigam um significado número de grupos étnicos, entre os quais destacam-se os Balanta, Biafada, Bijago, Fula, Manjaco, Mandinga e Papel. [...] o país tem crioulo guineense ou crioulo da Guiné-Bissau como língua nacional e, paralelamente, o português como língua oficial (AMÂNCIO, 2011, p. 98).

Podemos notar que existe uma grande diversidade étnica e linguística na Guiné-Bissau, apesar de o país ter uma presença europeia que durou cinco séculos (XV a XIX), segundo Augel (2007). Após a independência, Amâncio (2011) nos mostra que o país é quase 100% composta dos indivíduos nativos, negros/africanos.

Factos esses eram suficientes para dentro da sociedade bissau-guineense encontrar pessoas de nomes e sobrenomes com significados correspondentes as suas línguas étnicas-culturais, ao menos, correspondentes aos números percentuais frisados.

A marca da presença colonial portuguesa continua como um instrumento de extinção das práticas culturais, especificamente a de atribuição de nomes/sobrenomes.

Nesse sentido, Cheik Anta Diop (1999) observa que não se deve construir a humanidade apagando a cultura de uns em benefício de outro e, tampouco, renunciando prematuramente e de forma unilateral sua cultura nacional no intuito de se adaptar à do outro em nome da simplificação da “globalização”, pois isso seria um suicídio. Ou seja, importa resgatar as culturas africanas do período anterior ao colonialismo europeu, bem como suas relações com o resto do mundo, principalmente, devido às diferenças físicas, linguísticas e de organização sociopolíticas que caracterizam a realidade africana (DIOP, 1999 apud PEREIRA, 2013, p. 22).

Para isso, podemos afirmar que nada se justifica a obrigatoriedade de um bissau-guineense ter um nome oficial europeu, “nome de escola”, enquanto na maioria dos nomes étnicos raramente são registrados como nomes oficiais no sistema administrativos do país ou nos lugares considerados mais relevantes da sociedade em questão. Diop (1999) demonstra que, e as questões de cultura ou identidade cultural não devem ser trocadas em nome da globalização. Por isso, com o nome de casa e de escola no contexto da Guiné-Bissau, pode-se indagar se é uma forma que essa

sociedade encontrou para substituir a identidade africana com a europeia em troca da dita civilização e ou a globalização?

6.3 NOMES DE “CASA”¹⁰ E NOMES DE “ESCOLA”¹¹ E SUAS REPRESENTATIVIDADES NO QUOTIDIANO BISSAU-GUINEENSE”

Neste capítulo pretendemos abordar o contexto em que se origina o processo de atribuição de dois nomes, o de casa e o de escola, sendo que na maioria dos casos, o de escola ou oficial, tende-se a ser um nome europeu português, por isso, analisar a sua representação na sociedade bissau-guineense é de suma importância. Ressaltando que, nem todos os nomes de casa são necessariamente africanos, podendo haver um nome tipicamente europeu subentendido como o de casa, casos excepcionais.

Couto e Embaló (2010) descrevem as testemunhas da professora brasileira de centro de estudos de Bissau, que faz notar que seus alunos não respondiam as chamadas de presença quando estes forem chamados, justamente porque não conheciam seus segundos nomes (o de escola), não sentiam identificados com nomes pelas quais forem registrados nos atos de matrícula, como afirma o trecho a seguir:

Certa feita, uma professora do Centro de Estudos Brasileiros de Bissau notou que era comum os alunos não responderem à chamada com o esperado “presente”, mesmo estando presentes. Quando ela perguntava por que não respondiam, diziam que não tinham sido chamados. Na verdade, ela os chamara pelo nome oficial, aquele que consta nos documentos. O problema é que eles eram conhecidos na comunidade só pelo que, entre nós, é denominado apelido. Isso mostra que os nomes que valem efetivamente nas *tabancas* (bairros tipicamente africanos, aldeias etc.) são esses apelidos, não os nomes oficiais, geralmente portugueses, (COUTO e EMBALÓ, 2010, p.190).

¹⁰ Nomes de casa, na sua maioria são nomes atribuídos pelos pais aos filhos antes ou mesmo tendo registrado suas crianças com outro nome ditas de escola. No interior do país as práticas culturais de nomeação se fazem presente. Verifica-se também em Bissau ou cidades importantes com menor frequência.

¹¹ Nomes de escola: São nomes ditas civilizados, em que, nas suas maiorias, são os nomes escolhidos pelos pais com mais grau de escolaridade. Nas condições de pais menos familiarizados com mundo urbano ou níveis acadêmicos, com dificuldade de acesso a tipos de nomes desejados, às crianças às vezes são atribuídos nomes pelos/as irmãos/ãs, professores/as, amigos/as das categorias econômicas sociais mais afastadas das questões ditas não modernas. Já presenciei atos desses gêneros, principalmente das parteiras, que atribuem nomes aos bebês logo que seus pacientes dessem luz.

Para os citados, entendem que, os nomes tipicamente africanos têm ainda uma relevância nas comunidades de interiores/*tabancas*. A situação de ter dois nomes entre oficial e não oficial (de escola e de casa), surgia nos primeiros momentos da implantação da administração portuguesa, em que, as crianças que nasciam nos centros de saúde teriam que ser registradas logo nos momentos de nascimentos, sem levar em conta, as tradições de atribuição de nomes do grupo étnico em questão, como relata a citação a seguir:

O esforço por montar um sistema de registro civil operativo em toda Guiné só foi proposto tardiamente e teve que enfrentar uma série de percalços antes de se tornar efetivo. Os primeiros esforços de adaptar na Guiné o Código do Registo Civil que prevalecia em Portugal resultaram num fracasso. A imposição do assento definitivo do nome, através das certidões de nascimento tão logo a pessoa nascesse, encontrou resistência entre a população que acreditava que uma criança não pode ter nome até que ande, fale e coma sozinha, (TRAJANO, 2008, p. 13-14).

As tradições formas de atribuição dos nomes dos grupos étnicos da Guiné-Bissau entram em conflito com o sistema implantado por colonos na altura. O que significa que, recebendo nomes tipicamente europeus, submete-se a perda da sua identidade, seja étnico e ou cultural. Na tentativa de resolver o impasse e ou incompatibilidade com as práticas locais, foi implantada um sistema de registro civil provisório, que permitia à atribuição de nomes provisória a criança logo ao nascer-se (um bebe) e que posteriormente poderia ser trocado com um novo registro, o definitivo. (CARREIRA 1967 *apud* TRAJANO, 2008).

Importa-se, ressaltar que a Guiné-Bissau é um país composta por diversidade religiosa, onde a comunidade das religiões de matriz africanas compõe 44,9%, muçulmana 41,9%¹², cristã 11,9% e outros, correspondem 1,3%, ANEME (2018). fatores esses faz denotar além dos nomes tipicamente étnicas e portuguesas, podemos também encontrar nomes árabes principalmente das etnias convertidas ao islamismo, exemplo de fulas e mandingas.

Demonstra ainda que, pela influência árabes, através da religião muçulmana, algumas etnias mais islamizadas, adotavam (permanece até o presente...) nomes como: *Mariama, Muna, Abdul/Abdulai, Mohammed* e outros. Aos que adotam

¹² Os que mais adotavam nomes portugueses eram os manjacos e os brames. Os povos islamizados (mandingas, fulas etc.) tinham uma resistência muito grande a adotá-los. Como era de se esperar, entre eles predominam, no caso de nomes estrangeiros, nomes de origem árabe (COUTO e EMBALO, 2010, p. 202).

facilmente nomes portugueses (Paulo/a, Alberto, Pedro), encontram-se, os manjacos e brames. O autor citado, demonstra que, muitas etnias mantiveram as práticas tradicionais pelos fatos destes terem menos contatos com os portugueses. Nessas sociedades menos afetadas pelas culturas européia é possível encontrar nomes enraizados nos padrões africanos (COUTO e EMBALÓ, 2010). Estes valores, segundo Trajano, também estão presentes nos nomes próprios crioulistados ou nomes surgidos na base da língua guineense. Para isso, Trajano afirma: “a cultura crioula é uma continuação da cultura africana. É a cultura africana marcada pela presença do colonizador europeu, mas é basicamente africana” (TRAJANO, 1994 *apud* COUTO e EMBALÓ, 2010).

A presença de colonos portugueses afetou as práticas culturais africanas/bissau-guineenses. Para isso, Cabral (1980, p. 64) afirma que “a cultura africana sobreviveu a todas as tempestades refugiada nas aldeias, nas florestas e no espírito de gerações vítimas do colonialismo,” demonstrando o quão, apesar de tudo, o povo Bissau-guineense principalmente aos de interiores, conseguiram preservar as práticas culturais.

Sendo as circunstâncias de nascimento determinantes para a escolha de nome a atribuir a pessoa nas maiorias das sociedades africanas, alguns após nascimento, outros ligados aos seus caracteres em diferentes fases de vida e seus contextos sociais. Bastide, citado por Trajano, enfatiza que essas práticas também se verificam na Europa, mas, com destaque nos nomes oficialmente registrados no registo civil (BASTIDE, 1981, *apud* TRAJANO, 2008).

Podemos encontrar em algumas etnias da Guiné-Bissau, exemplos de nomes com significados que trazem à luz vivências, circunstâncias, os valores morais e ou culturais de todos os grupos étnicos.

Nome como, Funtum-ó que traduzido de mandinga para português significa trapo, *Kranhe*, de bijagó, significando “estrume”; *Kedacta*, de balanta para português subtende-se “percevejo”; *Bâbâ*, em fula, subentendido como “buru”; *Peker*, “morto” em Pepel; *Elhug enyab*, em diola, significa, “tu és belo em toda parte que aparece” (QUINTINO, 1969, *apud* TRAJANO, 2008, p. 9). Nomes como esses, segundo o autor citado, descreve memórias, desejos, caráter das pessoas, circunstâncias de nascimento, e espelha a realidade familiares e étnicas de cada grupo. Segundo Ndombele e Afonso (2021), os nomes africanos não são postos aleatoriamente pela

simples combinação de entoação sonora, mas sim, uma reflexão histórica de cada família.

Esquecendo que os nomes na tradição oral são portadores de um significado cultural, tendo em conta as circunstâncias que estiveram na base da sua atribuição que pode ser de alegria, de tristeza ou que reflete o histórico da família. Na tradição africana os nomes das pessoas e os dados aos animais como os cães tiveram sempre um significado que invoca a história da família ou de indivíduo que suporta o nome. (NDOMBELE; AFONSO, 2021, p. 108).

Nomes próprios, segundo autores citados, além de imbuído de uma reflexão familiar, também, através deles, podemos perceber que as estruturas sociais e identitárias do continente antes da colonização europeia, pois, seus significados carregam histórias.

O nome pode ajudar-nos a compreender que antes da presença dos europeus em África, os nossos antepassados tinham tudo bem estruturado, definido e organizado bem como conhecimento da existência de Deus, devido algumas significações que os nomes carregam consigo, concluímos que eles tinham conhecimento da sua existência [...] (NDOMBELE; AFONSO, 2021, p. 106).

Pela importância que o nome e sobrenome têm, além de fator étnico e identitários ou familiar, ela faz parte da herança dum povo, que se diferencia com outro, concordando com Ren (2019) que enfatiza, por detrás de nome existe uma riqueza cultural, ela é embaixador que revela a pertença de determinados grupos étnico-linguísticos, clã ou nacionalidade.

Se os nomes reportam nossas identidades étnico-linguísticas, ou nacionalidade, pessoas, até que ponto essa realidade é verificável na sociedade bissau-guineense?

Verifica-se que essa identidade está sendo trocada em detrimento do/a portuguesa, que a dado momento tomou o lugar de “superior”, do dito “civilizador” que segundo Cá (2000) “era, então, necessário um mínimo de europeização para impor uma ordem social que facilitasse a exploração econômica.” Os bissau-guineenses eram obrigados a despir-se das suas identidades tradicionais, vistas como manifestações das selvagerias, para adquirirem identidade euro-portuguesa (CÁ, 2000, p.5).

Para que pudesse ser aceite como um/a assimilado/a, baseados nos critérios de falar português corretamente e outros, também era preciso que a pessoa abandone seus nomes africanos e adquira um nome europeu/português ou podia simplesmente

acrescentar parte de nome português no seu como podemos detectar na entrevista concedido por Mutar Cassama à Sumaila Jaló em 2019.

Meu nome é Mutar Cassamá¹¹, mas tenho nome de baptismo, que é António Mutar Cassamá, porque na época colonial, para ter acesso à escola, sobretudo escolas missionárias, não se podia ter nome africano. Foi assim que acrescentei “António” ao meu nome e ficou “António Mutar Cassamá”, porque sem isso seria difícil ingressar na escola. Para eles o meu nome não era de um civilizado (JALÓ, 2020, p.34).

É evidente que entre os critérios para serem considerados assimilados incluíam a renúncia das suas culturas, isto é, identidades culturais, o nome também não estava fora de baralho. Não tendo condição de fazer uma mudança total do seu nome africano, poderia acrescentar uma parte de nome português ao seu, já que a parte que indicava a família do indivíduo (apelido) era difícil de ser substituída, apesar de ter acontecido em certos casos. Era isso que aconteceu com Mutar Cassamá, sublinhando que. o seu nome de batismo é Antônio Mutar Cassamá, obrigado a acrescentar Antônio, sendo condições necessárias para poder ter acesso à escola. Para isso, Cabral afirma que “as crianças africanas adquiriam um complexo de inferioridade ao entrarem na escola primária. Aprendiam a temer o homem branco e a ter vergonha de serem africanos” (CABRAL, 1978, p. 64.) O processo de dominação além de ser brutal e forçoso também era/foi psicológica. Isto é evidente quando Luiz Tomas Domingos (2017) no trabalho intitulado “*entre estigmas e traumas de violência de colonização e escravidão: afirmação de identidade afro descendência,*” enfatiza que os africanos escravizados, atualmente designada diáspora africana, perderam direitos de suas línguas e seus nomes.

Esta espoliação organizada em proveito do tráfico atlântico (século XV ao XIX), homens e mulheres africanos foram transformados em homens objetos e homens moedas. E aprisionados no calabouço das aparências, passaram a pertencer a outros, que se puseram hostilmente a seu cargo, deixando assim de ter nome ou língua própria. Destarte, o colonizador e escravocrata procurou destruir esses conceitos de *estar* e *ser* humano no mundo Africano. E partindo de “*tabla raza*” deu-lhe outra identidade, **negro e escravo** num contexto de processo de violência extrema (física, psicológica, espiritual, simbólica, etc.) (DOMINGOS, 2017, p.191).

A consequência da colonização continua assombrando a identidade africana na sua maioria seja na diáspora e no próprio continente. O nome de casa e o nome de escola, são parte visível disso. Pela colonização a sociedade em questão foi traumatizada,

que depois de anos (independente em 1973) não se consegue orgulhar de ter um nome africano. O povo foi ensinado e aprende a valorizar o que é da Europa, e desvalorizar suas pertencas culturais, talvez, em detrimento de dita Estado-nação. Nisso, ter um nome europeu português é sinônimo de civilidade, daí surge nome de casa e nome de escola para contemplar os dois mundos, o de assimilado ou “civilizado” o que Cabral chamava de “nova classe – a pequena burguesia autóctone” (CABRAL, 1978, p.77). Para Cabral é necessária reconhecer duma forma mais apreciada que a sociedade africana foi afetada pelo estrangeiro colonizador e isso faz formar uma nova sociedade em que passa existir uma poluição preservadora das identidades culturais e as outras “alienadas ou simplesmente desprovidos” de suas identidades (CABRAL, 1978).

Em um movimento similar sob perspectiva de Luís Tomas Domingos (o ano), essa violência, a desprovida de traços identitários e culturais africanos, provém da marginalidade psicológica do processo colonial que afetou a maior parte da sociedade africana. Torna-se de uma necessidade obrigatória (consciente ou inconsciente) à sociedade bissau-guineense, principalmente aos chamados de praça (os da cidade/capital) a terem dois nomes, e entre quais o nome africano ou étnico cultural configurando na segunda categoria, o menos importante ou o não civilizado, portanto não digno de ser registrados oficialmente.

Outra situação visível é a tentativa de “aportuguesamento” de nomes africanos, em que muitos destes nomes, quando perdem suas grafias, ou forem escritas erradamente, perdem também pronúncia e o significado etimológico. Abdulai Sila, o autor bissau-guineense, da obra intitulada “*a última tragédia*”, entrevistado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, traz exemplos de alteração de seu próprio nome. Oficialmente é Abdulai Sila¹³, que para ele está errado, o correto seria:

¹³ Abdulai Sila, engenheiro e escritor guineense, cuja uma das suas obras intitulada “A Última Tragédia”, tendo sua personagem principal de nome Ndani, um nome tipicamente africano, e quando esta chega na cidade de metrópole, foi obrigada a mudar de nome. Eis alguns trechos do livro, quando Ndani chega à cidade de Bissau, para trabalhar como empregada doméstica na casa do homem branco, logo do primeiro contato, a mulher de branco perguntou para Ndani, - “Como é que te chamas?” a menina respondeu, [...] – Ndani. – Mulher do branco perguntou pronunciando: - “Dânia? Mas este é um nome russo, nome comunista. [...] Com tanto nome bonito português que há por aí, o teu pai escolhe para ter um nome russo.” Essa afirmação exclamativa da mulher é retrato real dos países africanos no meio das disputas entre sistemas mundiais (a dita guerra fria), que afetou a África seja no plano econômico, político e cultural. A conversa segue quando a mulher de branco diz o seguinte: [...] “Agente vem para este inferno para civilizar-vos e vocês a criarem confusão... o teu nome vai ser Daniela, ouviste? A partir de hoje, tu és Daniela, Da-ni-e-la. Maria

Abdulai Sylla, devendo ser com duplo “L” e “Y” no lugar de “I”, assim, teria uma pronúncia mais correspondente. Nessa entrevista Abdulai Sila comenta que no momento da sua matrícula na escola missionária, os brancos queriam que mudasse o nome, mas o pai não aceitou, e a única coisa que conseguiram fazer foi de retirar a letra “Y”, justificando que esta letra não faz parte de alfabeto português, como também subtraíram um “L”, pois as duas consoantes juntas eram da grafia espanhola, fato esse alterou a pronúncia de seu nome. Para ele é um dos aspectos mais violento do colonialismo, em que as pessoas tiveram que ser despidas das suas identidades, visto que além de alteração de nome, também ele era obrigado a praticar a religião cristã, sendo uma das condições para estudar na escola missionária. Era muito difícil, pois seus pais eram muçulmanos praticantes, e estes tiveram que abrir mão, para que ele pudesse estudar (ia à escola corânica e a escola cristã missionária, ao mesmo tempo). Outro entrevistado foi o sociólogo Dautarin Da Costa, bissau-guineense, que lamenta ter um apelido não africano, o “da costa”, um apelido atribuído pela necessidade de controlar a identidade dos que eram dominados na altura. Afirma ainda que ele conta com trisavô português e bisavô cabo-verdiano.

No tocante às situações de modificações de nomes, exemplo citado, a mesma realidade pode ser observada nos nomes como: *N'Tchama*, aportuguesado para *Inchama*; *Djaló* passa para *Jaló*; *Dju* para *Jú* ou *Jó*, *M'batchonha* para *M'batonha*. São esses os exemplos das mudanças dos nomes, na escrita e obviamente nas pronúncias, que por fim modificam o sentido real do seu significado. Segundo Ndombele e Afonso (2021) “os nomes das pessoas [...] e outros, têm os seus respectivos significados. Os nomes de sítios ou lugares (topónimos), também têm a sua significação ou explicação.” Quando o nome é modificado na grafia, incluindo sua pronúncia, perde significado e deixa de portar uma história, informações, conhecimentos e sobretudo a origem familiar e identidade étnico-culturais do indivíduo. Pelas diversidades étnicas da Guiné-Bissau, a semelhança de Angola do que os autores citados se referem dificilmente o registrador consiga distinguir/decifrar as pronúncias incomuns dos seus grupos étnicos, ainda que, a maiorias das pessoas nas instituições públicas da Guiné-Bissau poucos falam suas línguas étnicas. Baseando nos propositados

Daniela e mais nada”. O autor retrata as questões de dominação, que obviamente está ligada a perda de identidade.

SILA, Abdulai. **A última tragédia**. Rio de Janeiro, RJ: Pallas, 2006, p. 31.

acima, dá a entender que os nomes africanos também sofrem alterações ao longo do processo administrativo, tanto colonial e atual.

Outros perdem pronúncias simplesmente pelas tentativas de “aportuguesamento” ou pelas difíceis ou inexistência de grafia em língua portuguesa que contemple adequadamente a especificidades linguística bissau-guineenses, isto também é um problema para outro debate, pois cada língua precisaria da sua própria grafia.

6.4 REPRODUÇÃO INCONSCIENTE, COMPLEXO DE INFERIORIDADE

Neste capítulo, pretendemos analisar as problemáticas discutidas por teóricos que abordam as questões ligadas às causas africanas e as questões pós-coloniais no continente, particularmente a Guiné-Bissau. A nossa discussão vai no sentido de fazer uma análise minuciosa sobre efeitos da colonização no continente e país em questão, questões essas pontuadas por renomados intelectuais africanos/as e africanistas.

Desde a independência da Guiné-Bissau, de 1973 a 2022, já quase meio século, é possível sentir e perceber que na sociedade bissau-guineense se tenta contemplar as duas realidades, o de civilizado (de praça/cidade) e de não civilizado (de *tabanca*/interior). A dualidade dessas identidades talvez possa ser entendida na perspectiva de Stuart Hall de “híbridista”, que perpetua como sinônimo de modernismo ou grau de civilidade.

Alguns autores/as, como Ndombele e Afonso (20210), Trajano Filho (2008) mostram que na sociedades, africanas, nas algumas culturas, as pessoas são atribuídas novos nomes quando estes passam para outra etapa, seja de iniciação ou fases etárias, posições sociais e ou recebem vários nomes ao longo da sua vida. A mesma situação também é verificável em muitas outras sociedades não africanas. Um exemplo disso, pontuado por Mendes (2009) é a sociedade brasileira, em que as leis regulam e garante que o indivíduo mude ou adicione o nome (com exceção de apelido), desde que o atual nome seja o mais notório, isto é, nome artístico e outras esferas sociais.

Pela importância da representatividade humana, o nome é um dos elementos que constitui a nossa identidade ao qual somos reconhecidos na família ou na

sociedade e ela está ligado à origem dos antepassados (MENDES, 2009). Se pelos nomes somos reconhecidos na família e na sociedade, também através dela podemos identificar um europeu em relação a um africano, um fula em relação um balanta, e sucessivamente. Com nomes podemos diferenciar pessoas na sociedade, pois falar de identidade significa falar da diferenciação, para isso, Silva afirma que:

“identidade e diferença partilham uma importante característica: elas são o resultado de atos de criação linguística”. Tratar daquilo que é feito quando se nomeia é ainda realizar um ato de predicação. Ou seja, sempre que nomeamos atribuímos simultaneamente um predicado, um complemento ao nome, uma característica, um adjetivo. E com isso, diferenciamos e identificamos, classificando e separando. A nomeação é, por causa da predicação, um ato que diferencia, sendo também um ato que identifica (SILVA, 2007, *apud* MOREIRA, 2010, p.17).

Significa para Silva, pensar sobre identidade é também pensar na diferença ou nas características que nos diferenciam uns dos outros. O nome diferencia as pessoas de etnias para etnias, o nome também no contexto da Guiné-Bissau surge desde o colonialismo como elementos de diferenciação entre ditos civilizados e não civilizados. Quando os africanos eram obrigados a mudarem seus nomes durante o processo colonial para adquirirem um nome português é um ato da negação da sua existência como outro, o diferente. A ideia de Silva comentado por Moreira, logo citado afirma que:

Se o nome é a base para que a identidade surja, é ele quem diferencia as coisas e seres no mundo. A identidade e a diferença, segundo a proposta de Silva (2007), acontecem simultaneamente sendo um produto de um mesmo processo, o da identificação. Por trás de uma identidade existe sempre ao menos uma negação. E a diferença sempre nega várias afirmações. Então, dizer que se é algo ou se identificar sob um nome significa negar e esconder vários outros que de imediato não aparecem (MOREIRA, 2010, p. 2917).

Baseado nessa afirmação, sendo o nome a base de identidade e identificação da pessoa, ao negar um típico de nome (o nome étnico cultural africano) é também negar a sua existência como sociedade com seus valores morais e culturais específicos. Se dados momentos da colonização era critério a substituição de nome ou acrescentar parte dela para ter acesso a escola é porque todos viviam na dependência do colonizador. Na luta de libertação, iniciada em 23 de janeiro de 1963, conhecendo o sabor da liberdade em 1973, o ano da independência que, alinhando com a ideia de Balandier na próxima citação, podemos afirmar que foi

uma independência territorial, e a maneira de pensar totalmente dependente da do ocidente.

Balandier (1920, p.119) discorre que “as estruturas, os contextos culturais, os tipos de vida e a maneira de pensar resultante da ação colonial permanece enraizado na carne e no espírito dos países africanos; mesmo depois da independência”.

Ainda ressalta que, a colonização criou o homem de *tabanca* e de praça, o trabalhador e o patrão, as elites e a massa, o primitivo e civilizado, o pagão e o cristão, e alguns grupos são mais assimilacionista e ou mais tradicionalista que certos grupos vizinhos. A questão da assimilação pontuada pelo autor é visível através de nomes atualmente existentes no país. A sociedade bissau-guineense afetada pela colonização perde suas características culturais em detrimento de querer tornar europeu/português.

Alguns exemplos de nomes da etnia mandjaca, segundo entrevista realizada pelo sociólogo Farã Vaz em Canchungo em 2019, nela o entrevistado afirma que os europeus viram que a sociedade dos mandjacos estava organizada com seus nomes e sobrenomes, facto que parecia ameaça para colonos, e estes fizeram questões de retirarem os nomes e sobrenomes, mas como não sabiam falar a língua manjaca, o povo resistiu em preservar seus nomes e sobrenomes. Mesmo assim, os colonos conseguiram adicionar parte dos seus nomes nos de manjacos, onde surgem pessoas com sobrenomes como: Mendes, Gomes, Teixeira, Vaz *Nandongha* ou *Nacutchu* e outros (VAZ, 2019, p. 136).

Farã Vaz nos deu uma abordagem de como foi imposta às mudanças dos nomes pelos portugueses nas cidades da Guiné-Bissau, e isto, não só aconteceu com pessoas dessa cidade, como também se alastrou por outros grupos étnicos e regiões do país. O autor ainda elaborou um quadro de nomes e sobrenomes, nomes estes que podem ser encontradas nas *tabancas* arredores de Canchungo, Zona denominada de *Babock*, entre eles destacamos alguns: *Babussim*, *Babantcharu*, *Banhoguín*, *Badjampu*, *Badjindu*. Estes são nomes e sobrenomes, ou simplesmente “Djorson” (VAZ, 2019).

Estes nomes, como é visível, possuem elementos marcantes, o radical “Ba”, que segundo o autor é muito presente em algumas línguas de ramo bantu, indicando plural. A existência dessa marca, o prefixo “Ba”, indicando plural, é também muito presente na etnia balanta. Os nomes na etnia balanta, por exemplo, *Bissawidna*, *Bidamatcha*, *Binhancarem*, *Bíssum*, *Binheré* e inúmeros outros também indicam

plural. Elementos como esses, facilita muito na identificação de grau de parentesco e na construção da identidade, seja bissau-guineense como também a africana, principalmente numa sociedade em que a palavra (tradição oral) é valorizada, e é essencial na interdisciplinaridade africana na ausência da fonte escrita¹⁴ (Ki-ZERBO, 2010. p. 338).

Após um longo período de dominação até a independência do país, os colonos fizeram modificações marcantes, algumas destas alterações são nomes trocados ou modificados. A essa alteração de aspectos culturais africana, Ki-Zerbo discorre o seguinte:

O estudo sistemático dos topônimos e antropônimos pode também fornecer indicações bastantes precisas, contanto que essa nomenclatura seja revista segundo uma abordagem endógena, pois um grande número de nomes foi reformado pela pronúncia ou redações exóticas de não-africanos ou de africanos que atuavam como intérpretes ou escribas. (KI-ZERBO, 2010, p. 45).

No país e em diferentes etnias é possível encontrar nomes e sobrenomes Silva/Da Silva, Costa/Da Costa, Domingo, Gomes, Teixeira, Tavares, Fernandes e outros (VAZ, 2019 p. 138).

Se voltarmos para as questões iniciais da temática, em que o Stuart Hall (1992) vê a identidade como flutuante, mutável, talvez seja essa mutação que acontece na Guiné-Bissau. Isso nos leva a questionar a direção em que a identidade bissau-guineense está se apontando e porquê? Ao que tudo indica é que o barco está apontado em direção à Europa, Portugal. O bissau-guineense está refém do pensamento colonial que na altura colonial era um dos critérios: ter nomes europeus para serem reconhecidos como humanos. Qualquer indivíduo, sociedade ou povo com sua identidade controlada pelo outro, passa a tomar suas decisões ao molde do seu referencial (o dominador), e nunca mais acreditará na potencialidade e autonomia própria. Daí pode questionar, até que forma a identidade se configura como instrumento de dominação?

Enfatizando sobre a alienação, Farã Vaz pontua o seguinte:

Os nomes eram mecanismos de controle da dominação em duplas instâncias, objetiva e subjetiva para uma efetiva alienação, que, na nossa atualidade, produz um outro sujeito. Ele se depara com a bifurcalidade

¹⁴ Amadou Hampâté Bâ, (2010, p. 167) “a escrita é uma coisa, e o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem”.

entre urbano e rural, enfrenta o desafio de tentar ser africano com valores endógenos e/ou homem de valores ocidentais. Esse processo gera a sujeição identitária. Ainda é importante ressaltar o complexado, que é, sobretudo, o sujeito que não consegue se fazer existir no meio de diálogos e conflitos identitários (VAZ, 2019, 138).

A colonização banalizou todo o modo de vida tradicional africana e seu enquadramento espiritual, obrigados a submeter à dita cultura civilizadora. A negação do nome africano pelos próprios africanos remete-nos a acusar que é resultado do trauma da violência (DOMINGOS, 2017). A sociedade se liberta da escravatura, mas não se consegue liberar mentalmente, valoriza o que é do branco (nome, vestuário, pronúncias/sotaques), e se acredita inferior e incapaz de resolver seus problemas.

Valorizar o que é da Europa (conquistas de brancos e suas culturas) não é problema em si, desde que os motivos da sua valorização não sejam pelo complexo de inferioridade, ligado a teoria de que o africano esteja no baixo nível intelectual do ser humano. Devemos reconhecer e conscientizar que “as conquistas alcançadas não são por si só prova satisfatória de uma habilidade mental excepcional da raça branca” (BOAS, 2010, p. 17). Segundo essas ideologias, que podemos dizer racistas, afetou grande parte da sociedade africana e Guiné-Bissau é parte dela. Querer ter um nome europeu é um exemplo de tentar aproximar-se numa categoria social definida pela Europa e anestesiada pelo colonialismo na mente dos africanos, o Frantz Fanon chamaria de “sepultamento de originalidade cultural”.

Todo povo colonizado — isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural — toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negritão, seu manto, mais branco será (FANON, 2008, p. 34).

O bissau-guineense e africano na sua maioria não é reconhecido pelo branco e não se reconhece a si mesmo, como afirma Mbembe (2001). Quando você não se reconhece sua identidade, seja étnicos-nominais, seja cor da pele, também reduz a sua capacidade de pensar em ser promotor do seu desenvolvimento.

7 METODOLOGIA

Metodologia e referências teóricas ou dita estado da arte, pelo visto são duas faces da mesma moeda num trabalho científico, pois antes de construir a metodologia a se adotar perante fenômeno, precisa-se saber através dos outros estudos feitos qual é o estado atual do objeto a ser pesquisado.

Além de selecionar uma abordagem quantitativa, qualitativa ou de métodos mistos, quem elabora uma proposta também precisa rever a literatura acadêmica sobre o tópico de seu interesse. Essa revisão ajuda a determinar se vale a pena a estudar esse tópico e proporciona insight sobre as maneiras em que o pesquisador pode limitar o escopo para uma área de investigação necessária. (CRESWELL, 2010, p. 48).

Tendo feito a revisão da literatura da temática do projeto, adotamos para pesquisa de campo de cunho qualitativo, baseadas nas técnicas semi-estruturadas. Segundo citado, o método qualitativo é mais exploratório (IBIDEM, p.52).

Para Silva e Pinto (2014, p. 212) enfatizam que as abordagens qualitativas não excluem totalmente indicadores quantitativos ou estatísticos sobre o fenômeno, pois este também ajuda a medir as questões econômicas culturais e políticas ligadas à temática em estudo. Segundo Demo (2009), “são consideradas metodologias qualitativas, pesquisas participantes, pesquisa-ação, história oral, observação de cariz etnometodológico, hermenêutica, fenomenologia, levantamentos feitos com questionários abertos e outros”. O conjunto dessas possibilidades facilita na seleção de informações e suas interpretações de uma forma mais profunda, principalmente na sociedade bissau-guineense. Para isso, Creswell (2010, p. 26) define a pesquisa qualitativa como “meio para explorar para entender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano”. Considerando que o nome de casa e nome de escola como problemas dentro da sociedade em destaque precisa-se que a pesquisa seja feita na base dos questionários abertos ou semi-estruturados, para melhor adaptar a qualquer evidência ligada às práticas de atribuição de nomes.

Os pesquisadores qualitativos tentam compreender os fenômenos que estão sendo estudados a partir da perspectiva dos participantes. Considerando todos os pontos de vista como importantes, este tipo de pesquisa “ilumina”, esclarece o dinamismo interno das situações, freqüentemente invisível para observadores externos. Deve-se assegurar, no entanto, a precisão com que o investigador captou o ponto de vista dos participantes, testando-o junto aos próprios informantes ou confrontando sua percepção com a de outros pesquisadores. (GODOY, 1995, p. 63).

Creswell e Godoy, nas respectivas obras, demonstram que, a pesquisa qualitativa tem por natureza identificar as causas de problemas, através dos pesquisados ou colaboradores. O problema dos bissau-guineenses em não quererem se identificar ou possuir um nome tipicamente africano é um problema que também precisa de ser entendido através das pesquisas feitas no campo. Além das entrevistas, serão também utilizados documentos oficiais, leis ou resoluções sobre tipos de nomes e sobrenome aceito oficialmente e critérios de correção de nomes, observação, histórias orais e outros. (MINAYO, 1992, apud GOMES, 2021). Com as diversidades étnicas que compõem a sociedade bissau-guineense, espera-se que tenha mais variáveis e que certos arranjos deverão ser feitos para contemplar o imprevisível que acontece no campo. Segundo Gil, (2010, p. 57) o “estudo de campo apresenta muito maior flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus objetivos sejam reformulados ao longo do processo de pesquisa.” A esse respeito, significa que os objetivos esperados ou preconizados poderão ser diferentes dos alcançados.

REFERÊNCIAS

- AMÂNCIO, Iris Maria da Costa. O teatro na/da Guiné-Bissau: tradição oral e literatura dramática no bojo das relações étnico-raciais e anticoloniais. In: RIBEIRO, Margarida Calafate; SEMEDO, Odete Costa (Org.). **Literatura de Guiné-Bissau: contando os escritos da história**. Porto: Ed. Edições Afrontamento, 2011.
- ANEME, Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Eletromecânicas. Enquadramento Perspectivas de Desenvolvimento Levantamento e Caracterização das Empresas Comerciais e Industriais: **Estudo sobre Guiné-Bissau**. Lisboa, abril 2018. Disponível em: ESTUDO-Guine-Bissau-1. pdf (aneme.pt). Acesso em:
- AUGEL, Moema Parente. **O desafio de escombros: Nação, identidade e pós-colonialíssimo na literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro-Brasil: Ed. Garamond Ltda, 2007.
- BALANDIER, Georges. **A Noção de Situação Colonial**. Cadernos de Campo (São Paulo -1991), 3(3), 107-131.
- BOAHEN, Albert Adu. A África diante de desafio colonial. In: História geral da África, VIII: **África sob dominação colonial, 1980-1935**. 2 ed. Brasília, DF: UNESCO, 2010.
- BOAS, Franz. **A mente do ser humano primitivo**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2010.

CÁ, Loureço Ocuni. **A educação durante a colonização portuguesa na Guiné-Bissau.** (1471-1973). *Rev. online Bibl. Prof. Joel Martins, Campinas, SP, v.2, n.1, out. 2000.* Disponível em: [file:///C:/Users/user/Downloads/Dialnet acesso em:](file:///C:/Users/user/Downloads/Dialnet%20acesso%20em)

CABRAL, Amílcar. **A arma da teoria.** Rio de Janeiro: Ed. Codecri, 1980.

CÉSAIRE, Aimé. **O discurso sobre o colonialismo.** Lisboa: Ed, Lda. 1978.

COUTO, Hildo Honório do; EMBALÓ, Filomena. **Literatura, Língua e cultura na Guiné-Bissau: Um país da CPLP.** Universidade de Brasília: Ed. PAPIA, Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares, 2010.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 3 ed. Porto Alegre: Arned, 2010.

DEMO, Pedro. **Metodologia de conhecimento científico.** São Paulo: Ed. Atlas, 2009.

DOMINGOS, Luís Tomas. Entre estigmas e traumas de violência de colonização e escravidão: afirmação de identidade afro descendência. **Identidade!** | São Leopoldo | v. 22 n. 2 | p.190-208 | jul.-dez. 2017 SSN 2178-0437X. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/identidade>

ESTATUTO DOS INDIGINATOS PORTUGUESES DAS PROVINCIAS DA GUINÉ, ANGOLA E MOÇAMBIQUE. **DECRETO-LEI Nº 39.666, DE 20 DE MAIO DE 1954.**

FANON, Frantz. **Pele negra mascaradas brancas.** Salvador: Ed. EDUFBA, 2008.

FRANCO, P. F. Cambell. **Amílcar Cabral: a palavra falada e a palavra vivida.** São Paulo: USP, 2009, p. 26.

FUNDAÇÃO, Francisco Manuel dos Santos. **Reportagem realizada em parceria com a fundação Manuel dos Santos.** Bissau. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=0-Sx9S9G-H0>. Acesso em: 10 de nov. 2022

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Ed. Atlas S.A. 2010.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63 Mar./abr. 1995 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCggnC/?format=pdf&lang=pt> acesso em: 26 de out 2022

GOMES, Bruno. **Movimento Estudantis em Guiné-Bissau, em defesa da Educação pública, gratuita e de qualidade para todos (as).** Alfenas, MG, 2021.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós modernidade.** 11 ed. Rio de Janeiro. DP&A. 2006.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. 4 ed. São Paulo: Ed. Selo Negro, 2008.

HERNANDEZ, Leila; **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**; São Paulo; 2005.

JALO, Sumaila. **Ideologias Educativas na Guiné (-Bissau) – 1954-1986**. 2020. 136 f. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto 2020. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/129615/2/425646.pdf>. Acesso em: 16/12/2022

KI-ZERBO, Joseph. Introdução Geral. In: **História Geral da África: Metodologia e pré-história da África**. Brasília, DF, 2010.

KI-ZERBO, Joseph. Os métodos interdisciplinares utilizados nesta obra: interdisciplinaridades. In: **História Geral da África: Metodologia e pré-história da África**. Brasília, DF, 2010.

LOPES, Carlos. **Desafios contemporâneo da África: o legado de Amílcar Cabral**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

MBEMBE, Achille. As Formas Africanas de Auto-Inscrição. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 23, nº 1, 2001, pp. 171-209. <http://www.fafich.ufmg.br/luarnaut/MbembeFormas%20africanas%20de%20outoinscricao.pdf>

MENDES, Clóvis. O nome civil da pessoa natural. Direito da personalidade e hipóteses de retificação. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 14, n. 2178, 18 jun. 2009. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/13015>. Acesso em: 16 dez. 2022.

MOREIRA, Thami Amarílis Straiotto. **O ato de nomear da construção de categorias de gênero até a abjeção**. UFG, *Cadernos do CNLF*, Vol. XIV, Nº 4, t. 4. 2010. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_4/2914-2926.pdf Acesso em: 03 de nov.2022

NDOMBELE, Eduardo David; AFONSO, Makikadila. **Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras, São Francisco do Conde (BA),v.1,nº1,p.103-119,jan./jun.2021**.Disponívelem: [file:///C:/Users/user/Downloads/6.ndombele%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/6.ndombele%20(1).pdf) Acesso em: 03 de nov. 2022

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **África pré-colonial: ambientes, povos e culturas**. In: *História da África e dos africanos*. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PEREIRA, Jose Mario Nunes. Caderno Cândido Mendes - **Estudos Afro-Asiáticos** 2. Rio de Janeiro, maio – agosto de 1978.

PHILIPPE, Laburthe-Tolra; WARNIER, Jean-Pierre. **Etnologia Antropologia**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2010.

